

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Portaria n. 29, de 24 de Março de 1994

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso de suas atribuições previstas no Art. 24 do Decreto no 78, de 05 de abril de 1991, e no Art. 83, inciso XIV, do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/MINTER no 445, de 16 de agosto de 1989, e tendo em vista o art. 225, Parágrafo 1o, VII da Constituição Federal, o disposto na Lei no 5.197, de 03 de janeiro de 1967 e Lei no 7.653, de 12 de fevereiro de 1988 - Lei de Fauna, Lei no 7.173, de 14 de dezembro de 1983 - Lei de Zoológicos, Decreto no 24.548, de 03 de julho de 1934 que aprovou o Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, Decreto no 76.623, de 17 de novembro de 1975 que promulgou a Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagem em Perigo de Extinção, e Portaria Ministerial do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e Reforma Agrária de no 49, de 11 de Março de 1987 e face ao contido no processo no 02001.0001729/93-19,

RESOLVE:

Art. 1o - A importação e exportação de animais da fauna silvestre brasileira e da fauna silvestre exótica serão normatizados por esta portaria.

Art. 2o - Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - Fauna silvestre brasileira: todas as espécies que ocorram naturalmente no território brasileiro, ou que utilizem naturalmente esse território em alguma fase de seu ciclo biológico.

II - Fauna silvestre exótica: todas as espécies que não ocorram naturalmente no território brasileiro, possuindo ou não populações livres na natureza.

III - Fauna doméstica: Todas as espécies que através de processos tradicionais de manejo tornaram-se domésticas possuindo características biológicas e comportamentais em estreita dependência do homem.

Art. 3o - O IBAMA poderá autorizar a saída temporária de espécies da fauna silvestre brasileira nos seguintes casos:

I - para participação em exposições especiais:

II - para eventos de cunho científico e educativo; e

III - saídas resultante de acordos conservacionistas internacionais.

Parágrafo Único - Os animais da fauna silvestre brasileira exportados para eventos de cunho científico e acordos conservacionistas internacionais continuarão, a critério do IBAMA, a pertencer ao governo brasileiro, assim como os seus descendentes.

Art. 4o - Somente serão objeto de exportação definitiva os animais da fauna silvestre brasileira originários de Criadouro Comercial e ou Zoológico, de

conformidade com as Leis 5.197/67 e 7.173/83.

Parágrafo 1o - Os animais da fauna silvestre brasileira, objeto de exportação, deverão estar marcados e o embarque, deve obedecer as normas da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção (CITES) e da Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA), quando exportados por aeronaves.

Art. 5o - As exportações ou reexportações definitivas da fauna silvestre exótica serão realizadas por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, sem restrição quanto à marcação e ao quantitativo, obedecidas as normas da CITES.

Art. 6o - Os exportadores preencherão formulário/requerimento (modelo anexo I), que deve ser protocolado na Unidade Estadual do IBAMA, que analisará o pedido, a ser enviado à Diretoria de Ecossistemas-DIREC, Departamento de Vida Silvestre-DEVIS, com no mínimo 30 dias de antecedência, da data do embarque.

Art. 7o - Os exportadores regulares deverão ser obrigatoriamente registrados no IBAMA.

Art. 8o - Poderão ser realizadas importações de animais silvestres por entidades de direito público ou privado, e por pessoas físicas, de todos os países com os quais o Brasil mantenha relações diplomáticas.

Parágrafo 1o - Para importação de animais silvestres vivos, produtos e subprodutos, listados no apêndice I e II da CITES , e indispensável a emissão prévia de licença emitida pelo IBAMA.

Parágrafo 2o - Para trofeu de caça de espécies relacionadas no apêndice II da CITES , não será necessária a emissão prévia de autorização do IBAMA, embora seja indispensável a licença de exportação do país de origem ou exportador.

Parágrafo 3o - Fica proibida a entrada no Brasil de animais vivos, produtos e subprodutos da fauna silvestre brasileira que tenham área de ocorrência comum com o país exportador e que não sejam provenientes de criação em cativeiro.

Art. 9o - A importação de animais vivos está sujeita a autorização prévia do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, que se manifestara quanto as exigências zoonosológicas do país de procedência.

Art. 10o - O importador devesse informar sobre o motivo da importação, questões de manejo e segurança das instalações, afim de que possam ser avaliadas quaisquer ameaças à integridade e preservação dos ecossistemas do país, bem como a questão de segurança pública.

Parágrafo Único - O IBAMA resguardara o direito de consultar especialistas para obtenção de subsídios para poder ou não autorizar a importação de fauna silvestre exótica, bem como consultar a entidade ambiental competente do Estado que receberá os animais importados.

Art. 11 - Ficam isentos de Licença de Importação expedida pelo IBAMA, animais da fauna doméstica de conformidade com a:

Parágrafo 1o - Os passeriformes e psitacíformes, isentos da licença de importação de que trata este artigo, deverão estar devidamente marcados.

Parágrafo 2o - No prazo de 180 dias a partir da publicação desta Portaria, o IBAMA providenciara a afixação em todos os portos, aeroportos e outros pontos de entrada no país a listagem completa de animais considerados domésticos conforme modelo anexo a esta Portaria.

Art. 12- Os importadores deverão preencher o formulário/requerimento (modelo anexo I) e protocolizar na Unidade Estadual do IBAMA, que analisará preliminarmente o pedido enviando-o posteriormente a Diretoria de Ecossistemas-DIREC, Departamento de Vida Silvestre-DEVIS, com um mínimo de 30 dias de antecedência da data do embarque.

Art. 13 - Os animais importados sem condições não previstas na presente Portaria, serão apreendidos e o IBAMA decidirá sob o seu destino. **Art. 14** - Todas as espécies listadas nos anexos da CITES, importadas sem a devida licença, serão apreendidas, sendo o importador autuado e podendo os animais serem devolvidos ao país exportador, após consultada a autoridade CITES. Durante o período de consulta, o IBAMA manterá os animais apreendidos ou designará tutor credenciado.

Art. 15- Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do IBAMA, ouvido a Diretoria de Ecossistemas, Autoridade Administrativa da CITES e a Superintendência do IBAMA envolvida.

Art. 16 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

SIMÃO MARRUL FILHO
Presidente

Publicado no D.O.U.
No. 69, data 13 de Abril de 1994
Seção 01 - Pag. No. 5385

ANEXO II

LISTAGEM DE FAUNA CONSIDERADO DOMÉSTICA

NOME CIENTÍFICO	NOME COMUM	OBSERVAÇÃO
Canis familiaris	Cachorro	
Felis catus	Gato	
Oryctolagus cuniculus	Coelho	
Cavia porcellus	Cobaia	
Rattus norvergicus	Rato	
Mus musculus	Camundongo	
Chinchilla sp.	Chinchila	Reproduzidos em cativeiro
Equus caballus	Cavalo	
Equus asinus	Jumento	
Sus scrofa	Porco	E suas diferentes racas
Bos taurus	Gado bovino	
Bos indicus	Gado zebuino	
Bubalus bubalis	Bufalo	
Ovis aries	Ovelha	

Capra hircus	Cabra	
Anas sp.	Marreco	Exceto os do apêndice II CITES
Anser sp.	Ganso	Exceto os do apêndice II CITES
Branta canadensis	Ganso-canadense	Exceto B. canadensis leucopareira-apêndice I CITES
Galus domesticus	Galinha	E suas mutações
Coturnix coturnix	Codorna	
Phasianus colchicus	Faisão-de-coleira	
Pavo cristatus	Pavão	
Numida meleagris	Galinha d'angola	
Meleagris gallopavo	Peru	
Columba livia	Pombo domestico	
Lama glama	Lhama	
Lama pacos	Alpaca	
Camelus bactrianus	Camelo	
Camelus dromedarius	Dromedario	
Cygnus atratus	Cisne negro	
Cygnus olor	Cisne branco	
Alectoris chukar	Perdiz chucar	
Alopochen aegypticus	Ganso do nilo	
Aix galericulata	Pato mandarim	
Aix sponsa	Pato carolina	
Liothrix lutea	Rouxinol do japão	
Tadorna sp.	Tadorna	
Psitaculla krasori	Periquito ring neck	
Agapornis personata	Periquito agapornis	Só as mutações
Agapornis fisherii	Periquito agapornis	Só as mutações
Agapornis roseicollis	Periquito agapornis	Só as mutações
Amadina erythrocephala	Amandine	
Amadina fasciata	Degolado	
Pytilia melba	Melba	
Granatina granatina	Granatina violeta	
Granatina ianthinogaster	Granatina purpur	
Uraeginthus angolensis	Gordon bleu	
Uraeginthus bengalus	Peito celeste	
Uraeginthus cyanocephalus	Peito celeste ou menister	
Sporaeginthus subflavus	Laranjinha	
Stagonopleura guttata	Sparrow	
Neochmia phaeton	Phaeton	
Bathilda ruficauda	Star finch	
Aidemosyne modesta	Diamante modesto	
Stizoptera bichenovii	Diamante bichenovii	
Taeniopygia guttata	Diamante mandarim	
Poephila personata	Bavete masque	
Poephila cincta	Bavete-cauda-curta	
Poephila acuticauda	Bavete-cauda-longa	
Erythura prasina	Quadricolor	
Amblyura trichroa	Tricolor	
Amblyura psittacea	Bicolor	
Chloebia gouldiae	Diamante de gould	
Padda oryzivora	Calafate	
Padda fuscata	Calafate timor	
Lonchura striata	Manon	
Bolborynchus lineola	Catarinas	
Serinus canarius	Canario-do-reino	E suas mutações
Geopelia cuneta	Pomba diamante	

Oena capensis
Nymphicus hollandicus
Melopsittacus undulatus

Pomba mascara de ferro
Calopsita
Periquito australiano E suas
diversas raças domésticas
selecionadas